

CÂMARA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2023

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
NOME:
CPF:

NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 04 – ASSESSOR JURÍDICO

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Texto 1

A importância da educação no combate à desinformação

A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna. Com a facilidade de acesso a ferramentas tecnológicas ultramodernas e de fácil aplicação e com a ampla oferta de canais de distribuição de alto impacto – redes sociais, por exemplo –, está cada vez mais fácil espalhar informações falsas e enganosas. O que temos visto nos últimos tempos é uma *avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos, capazes de gerar consequências graves*, como distorção da opinião pública, manipulação de eleições, problemas de saúde pública e até mesmo violência.

É inegável que a proliferação de novos canais de informação nascidos a partir da democratização do acesso à internet trouxe grandes benefícios à sociedade. Novos veículos de comunicação, novos espaços e formatos trouxeram dinamismo, diversidade e pluralidade ao ecossistema comunicacional. Sem contar que as redes sociais ampliaram muito positivamente a comunicação: de repente, cada um de nós passou a poder produzir informações, opinar, transmitir e interagir diretamente com milhares de pessoas. Passamos todos de simples consumidores a produtores altamente ativos dos mais diversos conteúdos.

Se, por um lado, a ampliação dos espaços de participação é positiva e deve ser comemorada, há também uma faceta negativa nesse movimento: nem todos têm a mesma habilidade para discernir entre verdadeiro e falso, para diferenciar informação factual de opinião, sátira de humor, boato de achismo, nem tiveram tempo ou aprendizados para usar esses novos meios com responsabilidade e consciência. E os desafios não param por aí. A chegada da inteligência artificial (IA) generativa e todas as suas infinitas possibilidades de utilização tornam o combate à desinformação cada vez mais árduo e complexo.

O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da desinformação. É preciso ir além da busca por uma solução mágica e atacar o problema de forma holística e multidisciplinar. É necessário avançar em soluções de longo prazo, que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais, mas também para os que possam surgir no futuro, principalmente com a cada vez maior digitalização da nossa sociedade.

É neste sentido que a educação midiática se torna não só uma aliada, como também uma das ferramentas mais importantes no combate à desinformação. Ao fornecer aos cidadãos as habilidades necessárias para avaliar a informação de forma crítica, diferenciar gêneros textuais e tipos de mídia, avaliar a credibilidade das fontes de informação e

identificar os preconceitos na mídia, a educação ajuda a reduzir a vulnerabilidade a conteúdos fraudulentos na medida em que aumenta a capacidade de questionar uma informação antes de acreditar nela ou mesmo de passá-la à frente.

Na prática, o objetivo da educação midiática é oferecer oportunidade para que qualquer pessoa desenvolva as competências necessárias para navegar no universo informacional com segurança. Ou seja, ser educado midiaticamente significa aprender a filtrar, ler criticamente e dar sentido ao enorme fluxo de informações que nos cerca. Significa desenvolver nossa voz, promovendo as habilidades necessárias para que possamos nos expressar em diversas linguagens, aprendendo e atuando em nossas comunidades.

Significa também aprender a utilizar a tecnologia para participar da sociedade de forma ética, promovendo a empatia, reconhecendo e respeitando a diversidade de vozes e combatendo o discurso de ódio e a intolerância. Para além do combate à desinformação, esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona, visando principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.

Levar esse tema para a sala de aula é fundamental e urgente. A união de esforços visando mobilizar todos os agentes envolvidos – como professores, formuladores de políticas públicas, membros da academia e sociedade em geral – é condição essencial para implementar a educação midiática nas escolas e, com isso, ajudar crianças e jovens a terem uma relação mais saudável e segura com as mídias.

O que precisamos agora é abrir cada vez mais espaço para a educação midiática nos currículos escolares, seguindo o exemplo bem-sucedido da Finlândia, que implementou políticas públicas eficazes para formar midiaticamente crianças e jovens, desenvolvendo neles as habilidades relativas ao pensamento crítico. O país nórdico é hoje o campeão, pela sexta vez consecutiva, em resiliência à desinformação e ao fenômeno da pós-verdade, segundo o Media Literacy Index, medido pelo Open Society Institute de Sofia (Bulgária).

O Brasil, aos poucos, está começando a reconhecer a importância de capacitar os cidadãos a lidarem de maneira crítica e responsável e no ambiente digital. Mas precisamos avançar mais, pois uma população bem informada e capaz de analisar as informações que recebe é essencial para a saúde de qualquer democracia, inclusive a nossa.

BLANCO, Patrícia. Disponível em: <https://www.campogrande-news.com.br/artigos/a-importancia-da-educacao-no-combate-a-desinformacao>. Acesso em 10/09/2023.

01- De acordo com o texto, é correto afirmar que a autora:

- A. critica o atual modelo de educação por não atender às demandas voltadas para a linguagem virtual, principalmente, a das redes sociais.
- B. expõe a realidade de outros países, que já atuam com a educação midiática nas escolas, ao demonstrar os empecilhos enfrentados e os benefícios desse projeto educacional.
- C. defende a inserção de uma educação midiática nos recintos escolares, como luta contra a disseminação de informações falsas, para uma circulação segura e de princípios na esfera digital.
- D. sugere uma alteração nos currículos escolares em consonância com uma formação de uso de conteúdos midiáticos com o intuito de ampliar a leitura e a compreensão na escola.
- E. apresenta políticas públicas eficazes de combate a conteúdos enganosos compartilhados nas redes, bem como a inclusão de uma educação crítica e virtual.

02-O texto, no tocante à sua tipologia e à intenção de sua produção, se denomina como:

- A. expositivo
- B. injuntivo
- C. descritivo
- D. argumentativo
- E. narrativo

03- No excerto “O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da desinformação.”, a expressão sublinhada foi utilizada linguisticamente de forma:

- A. literal
- B. metalinguística
- C. apelativa
- D. fática
- E. figurada

04- No fragmento “O que temos visto nos últimos tempos é uma *avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos*”, o termo grifado se diferencia morfológicamente do destacado em:

- A. “... que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais”.
- B. “É inegável que a proliferação de novos canais de informação...”.
- C. “... fluxo de informações que nos cerca.”
- D. “... aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona”.
- E. “...Finlândia, que implementou políticas públicas eficazes”.

05- No enunciado: “Na prática, o objetivo da educação midiática é oferecer oportunidade para que qualquer pessoa desenvolva as competências necessárias para navegar no universo informacional com segurança.”, apresenta-se um período composto formado por:

- A. Orações assindéticas.
- B. Orações subordinadas.
- C. Orações coordenadas.
- D. Orações intercaladas.
- E. Orações principais.

06- No período: “É neste sentido que a educação midiática se torna não só uma aliada, como também uma das ferramentas mais importantes no combate à desinformação.”, o conectivo, em destaque, estabelece uma relação semântica de:

- A. adversidade
- B. comparação
- C. explicação
- D. hipótese
- E. adição

07- No fragmento “... aprender a utilizar a tecnologia para participar da sociedade de forma ética”, o enunciado destacado pode ser reescrito sem alteração de sentido em:

- A. ... ainda que participe da sociedade de forma ética.
- B. ... a fim de que participe da sociedade de forma ética.
- C. ... já que participa da sociedade de forma ética.
- D. ... pois participa da sociedade de forma ética.
- E. ... conforme participe da sociedade de forma ética.

08- No trecho “e identificar os preconceitos na mídia”, o verbo grifado exige um complemento. Tal exigência não se configura na alternativa:

- A. “O país nórdico é hoje”.
- B. “abrir cada vez mais espaço”.
- C. “formatos trouxeram dinamismo”.
- D. “implementar a educação midiática”.
- E. “combatendo o discurso de ódio.”

09- A palavra sublinhada é gramaticalmente uma preposição na alternativa:

- A. “Sem contar que as redes sociais ampliaram muito positivamente a comunicação...”
- B. “... a ampliação dos espaços de participação é positiva...”
- C. “... ajudar crianças e jovens a terem uma relação mais saudável...”

- D. “... é essencial para a saúde de qualquer democracia...”
E. “A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna.”

10- No trecho: “Na prática, o objetivo da educação midiática é oferecer oportunidade para que qualquer pessoa desenvolva as competências necessárias para navegar no universo informacional com segurança.”, o emprego da vírgula atende aos preceitos da pontuação. Indique a alternativa cujo uso da vírgula se justifica pela mesma regra.

- A. “Novos veículos de comunicação, novos espaços e formatos trouxeram dinamismo...”
B. “O país nórdico é hoje o campeão, pela sexta vez consecutiva, em resiliência...”
C. “O Brasil, aos poucos, está começando a reconhecer a importância de capacitar os cidadãos ...”
D. “ ... para diferenciar informação factual de opinião, sátira de humor, boato de achismo,...”
E. “É necessário avançar em soluções de longo prazo, que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais,...”

11- No enunciado: “esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona, visando principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.”, a regência verbal do verbo destacado é respeitada. Assinale a alternativa que apresenta desvio em relação à regra da regência.

- A. Assistindo principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.
B. Referindo-se principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.
C. Lembrando-se principalmente do fortalecimento da autoexpressão, do protagonismo jovem e do exercício da cidadania.
D. Confiando principalmente no fortalecimento da autoexpressão, no protagonismo jovem e no exercício da cidadania.
E. Simpatizando principalmente pelo fortalecimento da autoexpressão, pelo protagonismo jovem e pelo exercício da cidadania.

12- Analise, a seguir, as assertivas acerca dos elementos linguísticos presentes na construção texto e indique a alternativa incorreta:

- A. Nos trechos “Para além do combate à desinformação” e “a sala de aula é fundamental”, os termos em destaque desempenham a mesma função sintática.

- B. Em “há também uma faceta negativa nesse movimento”, o verbo ‘haver’, nesse contexto, é impessoal, empregado no sentido de ‘existir’.
C. Em “A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna.”, o termo grifado desempenha sintaticamente a função de predicativo do sujeito como ocorre no destacado em “a ampliação dos espaços de participação é positiva”.
D. No trecho “Levar esse tema para a sala de aula é fundamental e urgente.”, a oração em destaque exerce a mesma função sintática do termo destacado em “esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades”.
E. Em “sentido ao enorme fluxo de informações que nos cerca.”, a oração destacada expressa um sentido de restritivo, com função adjetiva.

13- Está correto o emprego das formas verbais em:

- A. As instituições de ensino não se absteram de novas mudanças curriculares para atender às demandas sociais.
B. Os temas relacionados a uma educação midiática, em alguns países, propõem ações conjuntas entre governo e estabelecimento de ensino.
C. Muitos ambientes escolares já premeiam seus alunos com uma educação midiática de forma crítica e responsável no combate à desinformação.
D. Países, como a Finlândia, já intervieram no combate à desinformação virtual, propondo medidas educacionais de excelência nos espaços escolares.
E. Conteúdos fraudulentos adviram de divulgações intencionais e perigosas no ambiente virtual nos últimos tempos.

14- Quanto aos elementos de coesão mobilizados no texto, os termos destacados nos trechos a seguir remetem a alguma informação que já foi exposta anteriormente, exceto na alternativa:

- A. “O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da desinformação.”
B. “... preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais, mas também para os que possam surgir no futuro”.
C. “Para além do combate à desinformação, esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades...”
D. “... implementou políticas públicas eficazes para formar mediaticamente crianças e jovens, desenvolvendo neles as habilidades relativas ao pensamento crítico.”
E. “A chegada da inteligência artificial (IA) generativa e todas as suas infinitas possibilidades de utilização

tornam o combate à desinformação cada vez mais árduo e complexo.”

15- Sobre os recursos linguístico-gramaticais utilizados no texto, analise-os nos enunciados a seguir e assinale a alternativa correta:

- A. Em “A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna.”, o prefixo destacado possui valor semântico de negação, da mesma forma que o destacado no vocábulo ‘irromper’.
- B. Em “... em resiliência à desinformação e ao fenômeno da pós-verdade”, o vocábulo sublinhado tem sua escrita ortográfica com o uso do hífen, como também ocorre na palavra ‘anti-reforma’.
- C. Em “... a capacidade de questionar uma informação antes de acreditar nela ou mesmo de passá-la à frente.”, a ocorrência de crase respeita a norma culta, da mesma forma que na expressão ‘à respeito de’.
- D. Em “Com a facilidade de acesso a ferramentas tecnológicas ultramodernas e de fácil aplicação e com a ampla oferta de canais de distribuição de alto impacto ...”, as expressões grifadas indicam, no contexto, uma circunstância espaço-temporal.
- E. Em “... de repente, cada um de nós passou a poder produzir informações...”, a concordância verbal está correta, como também estaria se o sujeito fosse ‘Qual de nós’.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- Leia o texto e responda:

“A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada como a mais democrática e avançada em nossa história constitucional, seja em virtude do seu processo de elaboração, seja em função da experiência acumulada em relação aos acontecimentos constitucionais pretéritos, tendo contribuído em muito para assegurar a estabilidade institucional que tem sido experimentada desde então no Brasil.” (SARLET, Ingo Wolfgang, et al. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018) Sobre a classificação da Constituição Federal de 1988, julgue as proposições com V para Verdadeira e F para Falsa, e assinale a única alternativa que indica a sequência de respostas correta.

- () É uma constituição outorgada, porque foi decorrente de um processo democrático, desde sua elaboração e aprovação, sendo resultado da expressão da vontade

popular exercida por meio de uma assembleia constituinte eleita.

- () Classifica-se como sintética, uma vez que retira da disposição do legislador ordinário um conjunto maior e mais abrangente de matérias.
- () É considerada imutável, uma vez que não permite alterações pelo legislador ordinário por meio de um procedimento indiferenciado do processo legislativo comum.
- () Classifica-se como flexível, já que permite a alteração de normas constitucionais, desde que tais alterações obedeçam a um procedimento mais rigoroso do que o procedimento de alteração da legislação ordinária.

- A. V, V, V, V.
- B. F, V, V, V.
- C. F, V, F, V.
- D. F, F, V, F.
- E. F, F, F, F.

17- Imagine que determinado Município “XYZ” instituiu, através de leis, diversas medidas e providências, conforme indicado nas alternativas abaixo. Assinale aquela que indica uma matéria sobre a qual os Municípios não têm competência para legislar:

- A. A Lei nº 001/2023 instituiu a guarda municipal para proteção de seus bens, serviços e instalações.
- B. A Lei nº 002/2023 definiu o horário de funcionamento de farmácias e estabelecimentos comerciais no município.
- C. A Lei nº 003/2023 definiu o horário de funcionamento de instituições bancárias no município.
- D. A Lei nº 004/2023 fixou o tempo máximo de espera em fila de banco em quarenta e cinco minutos.
- E. A Lei nº 005/2023 definiu critérios de fiscalização das condições de higiene de bares e restaurantes no município.

18- O processo legislativo inicia quando alguém ou algum ente toma a iniciativa de apresentar proposta legislativa. Sobre a iniciativa na propositura de leis, é incorreto afirmar:

- A. A iniciativa para propositura de lei complementar sobre o Estatuto da Magistratura é reservada ao Supremo Tribunal Federal.
- B. É de iniciativa privativa do Ministério Público a lei que disponha sobre a sua organização no âmbito da União e dos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- C. É do Presidente da República a iniciativa privativa de lei que disponha sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

- D. É da Câmara dos Deputados a iniciativa privativa para propositura de leis que fixem a remuneração dos servidores incluídos na sua organização.
- E. É do Senado Federal a iniciativa privativa para propositura de leis que fixem a remuneração dos servidores incluídos na sua organização.

19- Quanto aos bens públicos, associe corretamente os bens indicados abaixo e seus respectivos entes da federação. Ao final, assinale a única alternativa que indica a sequência correta de associações:

- a – Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
b – As terras devolutas não compreendidas entre as da União.
c – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
d – As ilhas fluviais e lacustres em zonas limítrofes com outros países.

- I – União
II – Estados
III – Municípios

- A. a – I; b – III; c – I; d – I.
B. a – I; b – III; c – II; d – I.
C. a – I; b – II; c – III; d – II.
D. a – I; b – II; c – I; d – I.
E. a – II; b – II; c – I; d – I.

20- Os direitos sociais se apresentam como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado como mecanismo de busca para melhores e adequadas condições de vida. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os direitos sociais estão previstos no seu artigo 6º. Assina a única alternativa correta que indica direitos sociais:

- A. Previdência social, assistência aos desamparados, educação, trabalho e alimentação.
B. Assistência aos desamparados, educação, trabalho, alimentação e dignidade da pessoa humana.
C. Educação, alimentação, habeas corpus, trabalho, alimentação e dignidade da pessoa humana.
D. Moradia, lazer, transporte, habeas corpus, alimentação e trabalho.
E. Educação, saúde, lazer, moradia, cidadania, previdência social e liberdade de pensamento.

21- Sobre a competência para julgamento de ações em face de agentes políticos, julgue as proposições com V para Verdadeira e F para Falsa e assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas.

- () Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns

e nos crimes de responsabilidade, o Vice-Presidente da República.

- () Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, seus próprios Ministros.
() Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e o Advogado Geral da União.
() Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Deputados Federais e Senadores.

- A. V, F, F, V.
B. V, V, F, F.
C. F, V, V, F.
D. V, F, V, F.
E. F, F, V, V.

22- Em regra, os juízes e os tribunais deverão atender, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentenças ou acórdãos. Todavia, há previsão legal de exceções à essa regra. Assinale a alternativa que indica incorretamente uma das hipóteses de exceção:

- A. Julgamento de embargos de declaração.
B. Julgamento de agravo interno.
C. Sentenças homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido.
D. Julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas.
E. Sentença que indefere a intervenção de terceiros.

23- Determinado município foi regularmente intimado da sentença exarada em processo judicial, no dia 02 de maio, terça-feira. A procuradoria do município identificou a necessidade de interpor o recurso cabível para sanar obscuridade na sentença. Considerando que a procuradoria interpôs o recurso adequado no último dia do prazo e que não houve feriados na fluência do prazo, assinale a única alternativa que indique corretamente a data de interposição do recurso.

- A. 09 de maio.
B. 16 de maio.
C. 23 de maio.
D. 30 de maio.
E. 13 de junho.

24- No tocante à coisa julgada, assinale a alternativa incorreta:

- A. Não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- B. A sentença apenas faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- C. A coisa julgada material torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não sendo mais sujeita a recurso.
- D. A coisa julgada faz considerar deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- E. Em razão da coisa julgada, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide.

25- Sobre a execução fiscal, julgue as proposições com V para Verdadeira e F para Falsa e assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas.

- () A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
 - () A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita, podendo, ambas, constituírem-se de um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.
 - () Se a inscrição de Dívida Ativa for cancelada, a qualquer título, antes da decisão de primeira instância, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.
 - () A prática dos atos judiciais de interesse da Fazenda Pública, no âmbito das execuções fiscais, independe de preparo ou de prévio depósito.
- A. V, V, V, V.
B. V, V, V, F.
C. V, F, V, F.
D. F, V, F, V.
E. F, V, V, V.

26- São hipóteses de cabimento da ação rescisória com o objetivo de rescindir a decisão de mérito transitada em julgado, exceto:

- A. Quando ofender a coisa julgada.
- B. Quando for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- C. Quando for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

- D. Quando for fundada em ofensa a literal disposição de lei cujo texto legal possui interpretação controvertida nos tribunais.
- E. Quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

27- Têm legitimidade para propor a ação rescisória:

- I. Aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção;
- II. O Ministério Público, quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei;
- III. Quem foi parte no processo;
- IV. Terceiro juridicamente interessado;
- V. O sucessor a título universal ou singular, de quem foi parte no processo.

Assinale a alternativa que indica apenas os itens corretos:

- A. I, II, III, apenas.
- B. II, III, V, apenas.
- C. II, III, IV, apenas.
- D. I, II, III, IV, apenas.
- E. I, II, III, IV, V.

28- Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros. Trata-se de:

- A. Acordo de cooperação
- B. Termo de colaboração
- C. Termo de fomento
- D. Convênio
- E. Acordo de parceria

29- As Organizações Sociais são consideradas entes de cooperação, colaborando com o Estado no desenvolvimento de uma atividade de interesse coletivo. Sobre as Organizações Sociais, é incorreto afirmar:

- A. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos na Lei.
- B. A aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de

atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado é requisito específico para que a entidade se habilite à qualificação como organização social.

- C. O conselho de administração da Organização Social deve ser composto por 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade.
- D. O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- E. A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União ou do Estado, de acordo com a área de atuação correspondente à atividade fomentada.

30- São características dos convênios:

- A. Os interesses dos partícipes são divergentes e opostos.
- B. Nos convênios existem duas ou mais partes, pretendendo uma delas o objeto e a outra, a contraprestação respectiva em dinheiro.
- C. Os convênios são cooperações associativas, com vínculos contratuais, entre órgãos da administração e o particular.
- D. Os convênios devem prever prazo de duração, mas podem ser denunciados a qualquer momento, por qualquer dos partícipes.
- E. Nos convênios não há a possibilidade de adesão de outros partícipes.

31- Sobre os consórcios públicos, está incorreto o que se afirma em:

- A. Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.
- B. Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
- C. O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- D. A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- E. O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

32- Sobre os consórcios públicos, julgue os itens a seguir com V para Verdadeiro ou F para Falso, e assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas.

- () Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público e pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.
 - () A execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
 - () O consórcio público está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.
 - () A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei pelo representante legal do consórcio.
 - () A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas.
- A. V, V, V, F, V.
 - B. F, V, V, F, V.
 - C. F, F, V, F, F.
 - D. V, V, V, V, V.
 - E. F, V, V, F, F.

33- À Administração Pública é permitido realizar a alienação de seus bens, quando estes se tornarem inservíveis, e desde que sejam bens dominicais. Sobre a alienação de bens da Administração Pública não se pode afirmar:

- A. A alienação de bens da Administração Pública está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado.
- B. Os bens imóveis pertencentes a autarquias necessitam de prévia autorização legislativa para sua alienação, salvo exceções previstas na lei.
- C. Os imóveis doados para outro órgão ou entidade da Administração Pública, cessadas as razões que justificaram sua doação, poderão ser alienados pelo beneficiário.
- D. A alienação de bens da Administração Pública deve ser precedida de avaliação.

E. A alienação de bens imóveis da Administração Pública depende, em regra, de licitação na modalidade leilão.

34- A certidão é um documento emitido por uma autoridade pública que atesta a existência de um ato ou fato jurídico. Sobre o direito de certidão, é incorreto o que se afirma em:

- A. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXIV, alínea b, assegura o direito à gratuidade das certidões, desde que para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- B. O direito à obtenção de certidão não é um direito absoluto, podendo ser negado quando isto se mostrar indispensável para a segurança do Estado, por exemplo.
- C. O não fornecimento de certidão para defesa de interesse pessoal enseja a impetração de *habeas data*.
- D. O direito de obtenção de certidão é uma garantia individual de natureza constitucional.
- E. As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

35- A acessão é uma das formas de aquisição de propriedade. A acessão não se dá:

- A. Por plantações ou construções
- B. Por abandono de alveo
- C. Por aluvião
- D. Por avulsão
- E. Por domínio

36- Segundo o artigo 538 do Código Civil Brasileiro, “Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.” A respeito da doação, está correto:

- A. Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.
- B. O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade, desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que aceitou, ainda que a doação seja sujeita a encargo.
- C. A doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, quer pelos nubentes entre si, quer por terceiro a um deles, a ambos, ou aos filhos que, de futuro, houverem um do outro, pode ser impugnada por falta de aceitação.

D. A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular, não sendo válida a doação verbal.

E. A doação remuneratória perde seu caráter de liberalidade no excedente ao valor dos serviços remunerados.

37- No tocante ao instituto da novação, analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta apenas os itens verdadeiros.

- I. A novação ocorre quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- II. A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- III. Importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal.
- IV. Se o novo devedor for insolvente, tem o credor, que o aceitou, direito à ação regressiva contra o primeiro.
- V. Dá-se a novação quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.

- A. I, IV, V, apenas.
- B. I, II, III, apenas.
- C. I, II, III, IV, apenas.
- D. I, II, III, V, apenas.
- E. I, II, III, IV, V.

38- Assinale a única alternativa incorreta sobre os prazos decadenciais:

- A. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
- B. É de dois anos, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- C. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- D. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, decai em três anos o direito de anular as decisões tomadas pela maioria dos votos dos presentes, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- E. O prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico é de quatro anos, contados, no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

39- Prescreve em três anos:

- A. A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- B. A pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- C. A pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembleia que aprovar o laudo.
- D. A pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- E. A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

40- No tocante à aplicação da lei no tempo e no espaço, se pode afirmar:

- A. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- B. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- C. Em regra, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada
- D. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- E. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada apenas a correção, não é necessário recomeçar a contagem do prazo para a lei entrar em vigor.

